



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e das Comunicações da Justiça do Trabalho

1ª REUNIÃO DE 2017 - 15/02/2017

PROPOSTA DE PAUTA	
1. Pendências de reuniões anteriores	Identificador
1.1. Revisão da última ata.	
2. Novos itens para análise e deliberação	Identificador
2.1. Ferramenta <i>Mcafee antivírus</i>	1/2017
2.2. Revisão do Ato de Concepção Sistemas Nacionais (CSJT-AN - 2984-78.2013.5.90.000) e de porte dos tribunais	2/2017
2.3. <i>Jurislabor</i>	3/2017
2.4. <i>gtIntegra</i>	4/2017
2.5. Minuta Ordem Fornecimento – Modem 4G	5/2017
2.6. Demanda de Sala de Monitoramento do PJE	6/2017
2.7. Lista de prioridades ações e projetos de TI – Aprovação descentralização	7/2017
2.8. Evasão da TI e política de fixação de recursos humanos de TI nas unidades de TIC	8/2017
2.9. Modernização da solução de Videoconferência	9/2017
2.10. Demanda de Gerenciamento de Projetos e Portfólio. Foco análise de cenários. Orçamento	10/2017
3. Outros assuntos	Identificador
3.1. DJEN e ofício resposta do CNJ	
4. Gestão orçamentária	Identificador
4.1. Posição acerca da execução orçamentária exercício 2016 e disponibilidade 2017	
5. Registros do Fluxo Rápido de Aprovação de Demandas (FRAD)	Identificador
5.1. Aprovação participação licitação renovação ferramenta Assyst (TRT6)	
6. Confirmação da agenda das próximas reuniões	Identificador



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e das Comunicações da Justiça do Trabalho

1ª REUNIÃO DE 2017 - 15/02/2017

ATA DE REUNIÃO		
Local	Data	Horário
Sala reuniões da Presidência do TST	15/02/2016	10h00 às 12h30

No dia 15 de fevereiro 2017, das 10h00 às 12h30, na Sala de Reuniões do Tribunal Superior do Trabalho, ocorreu a 1ª Reunião de 2017 do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e das Comunicações da Justiça do Trabalho (CGTIC-JT).

Estiveram presentes os seguintes membros do referido comitê:

Nome
Maximiliano Pereira de Carvalho Juiz Auxiliar da Presidência do TST Presidente do Comitê Gestor Tecnologia da Informação e das Comunicações da Justiça do Trabalho
Fabiano Coelho de Souza Juiz Auxiliar da Presidência do TST
José Gervásio Abrão Meireles Juiz Auxiliar da Presidência do TST
Marcia Lovane Sott Secretária-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho
Cláudio Fontes Feijó Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT
Tiago da Costa Peixoto Secretário de Tecnologia da Informação do TST
Natacha Moraes de Oliveira Secretária de Tecnologia da Informação do TRT da 18ª Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e das Comunicações da Justiça do Trabalho

1ª REUNIÃO DE 2017 - 15/02/2017

Após agradecer a presença de todos o Dr. Maximiliano de Carvalho, Presidente do CGTIC-JT, encaminhou a discussão dos itens da pauta:

1. Pendências de reuniões anteriores

Item:	1.1. Revisão da última ata de reunião.	ID	
Situação atual: Revisão da última a ata.			
Encaminhamento CGTIC-JT (Reunião 1.2017): Nada a deliberar.			

2. Novos itens para análise e deliberação:

Item:	2.1 Ferramenta <i>Mcafee antivírus</i>	ID	01/2017
Situação atual: A licitação nacional foi conduzida pelo TRT da 13ª Região e concluída com sucesso. Essa ferramenta é considerada um ativo de segurança da informação e, como tal, integra o Sistema de Gestão de Segurança da Informação dos Tribunais. Assim, ela é de fundamental importância para proteger o Tribunal contra vírus e <i>malwares</i> e, sobretudo, diminuir os riscos de indisponibilidade de rede que podem até mesmo impactar no funcionamento do Sistema PJe.			
Encaminhamento CGTIC-JT (Reunião 1.2017): O CGTIC-JT delibera favoravelmente pelo prosseguimento dos procedimentos visando à contratação da ferramenta para os Tribunais, que devem encaminhar os respectivos Documentos de Descentralização Orçamentária (DDO), em conformidade com as regras estabelecidas pela SETIC.			

Item:	2.2 Revisão do Ato de Concepção Sistemas Nacionais (CSJT-AN - 2984-78.2013.5.90.000) e de Classificação de porte dos tribunais (Ato CSJT.GP.SG. 283/2011)	ID	02/2017
Situação atual: Os Atos em questão foram revistos, em face da Resolução CNJ n. 211/2015, que instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) e a Resolução CSJT n. 158/2015 que estabeleceu o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho (PETIC-JT).			
Encaminhamento CGTIC-JT (Reunião 1.2017): Os membros recebem as minutas das referidas propostas para análise e manifestação, no prazo de 10 dias. O Comitê delibera que uma vez recebidas as sugestões, o documento consolidado deve ser encaminhado pela SETIC para aprovação final do CGTIC, por meio de FRAD.			

Item:	2.3 Demanda de implantação do <i>Jurislabor</i> (MEMO TST.CDOC n. 71/2016)	ID	03/2017
Situação atual: A Coordenadoria de Documentação do TST encaminhou solicitação para que a Secretaria-Geral-Judiciária do TST providenciasse a cessão do código fonte do <i>software Dspaces</i> , que compõe a			



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e das Comunicações da Justiça do Trabalho

1ª REUNIÃO DE 2017 - 15/02/2017

infraestrutura de tecnologia que suporta o sistema Biblioteca Digital do TST, recentemente aprimorada e agora denominada *Juris Labor* (<https://juslaboris.tst.jus.br/>). Encaminhado o pedido à Secretaria de Tecnologia da Informação do TST (SETIN), houve manifestação no sentido de que não haveria recursos por parte da SETIN para atender a presente solicitação, assinalando que o Comitê Gestor de Sistemas Administrativos do TST deliberou por submeter à demanda a um Tribunal Regional do Trabalho, para que houvesse repasse do código-fonte do *Dspaces* e treinamento pelo TST, ficando doravante o Regional escolhido responsável por disseminar o software e treinamento aos demais Regionais. O pleito então foi encaminhado à Secretaria-Geral da Presidência do TST que encaminhou a solicitação à Secretaria-Geral do CSJT para providências pertinentes à cessão do código-fonte e capacitação dos Regionais, na forma proposta pela SETIN.

Encaminhamento CGTIC-JT (Reunião 1.2017): Preliminarmente, o CGTIC-JT consultará a Comissão de Documentação do TST para obter maiores detalhes sobre a demanda, a fim de instruir decisão futura a respeito, nos termos das exigências contidas na Resolução CNJ n.º 182/2013.

Item:	2.4	gtINTEGRA	ID	04/2017
<p>Situação atual: A SETIC apresentou o resultado produzido pelo referido grupo de trabalho, destacando a importância da ferramenta de integração para o Sistema de Gestão Administrativa Eletrônico (GAe). A Secretaria informou que o Programa produzido pelo gtIntegra é composto por 4 projetos e ressaltou que essa plataforma é fundamental para integração futura dos Sistemas SIGEP, SIGEO, PROAD, Ouvidoria, Licitações e Contratos, Material e Patrimônio e outros. Assim, submete-se o material produzido pelo referido Grupo à deliberação do CGTIC, informando-se que os Tribunais já foram instados a indicarem gerentes de projetos para conduzirem as iniciativas contidas no referido Programa de Integração.</p>				
<p>Encaminhamento CGTIC-JT (Reunião 1.2017): O CGTIC delibera pelo prosseguimento do programa, nos termos apresentados pelo gtIntegra, autorizando a eventual abertura de procedimento licitatório para registro de preços, ou seja, sem comprometimento prévio do orçamento. O Comitê delibera ainda que as eventuais e futuras contratações estarão condicionadas à disponibilidade orçamentária e autorização prévia do CGTIC.</p>				

Item:	2.5	Minuta Ordem Fornecimento – Modem 4G	ID	05/2017
<p>Situação atual: A Ata de Registro de Preços TST n. 002/2017 (Processo ADM TST n. 502.541/2016-0) foi homologada com sucesso. O referido registro trata da prestação de serviço de acesso móvel a internet e foi alcançado como resultado da demanda aprovada pelo CGTIC durante a 5ª Reunião Ordinária, ocorrida em 27 de junho de 2016 (item 2.6 DOD 4G). O objetivo da referida contratação do serviço é atender aos coordenadores de comitês, grupos de trabalho, gerentes de projeto e servidores que necessitem dispor de acesso móvel à internet para manterem atualizados projetos, atividades e demais ações referentes à projetos nacionais que demandem atualizações frequentes. O valor unitário é de R\$39,90 (trinta e nove reais e noventa centavos ao mês) e pretende-se adquirir 20 (vinte unidades) ao valor total anual de R\$9.576,00 (nove mil e quinhentos e setenta e seis reais).</p>				



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e das Comunicações da Justiça do Trabalho

1ª REUNIÃO DE 2017 - 15/02/2017

Encaminhamento CGTIC-JT (Reunião 1.2017): O CGTIC delibera favoravelmente pelo prosseguimento da contratação, nos termos apresentados na Ordem de Fornecimento (anexa), sugerindo o encaminhamento à Presidência do TST para eventual autorização. O Dr. Gervásio (voto vencido) registra que aqueles que possuem telefone funcional não deveriam constar do rol daqueles que poderiam fazer uso do serviço, uma vez que podem rotear a *Internet* pelo próprio aparelho móvel disponibilizado pelo Tribunal.

Item:	2.6	Demanda de Sala de Monitoramento do PJE	ID	06/2017
-------	-----	---	----	---------

Situação atual: A SETIC recebeu sinalização positiva quanto ao prosseguimento da demanda de instalação de uma sala de monitoramento do PJe que opera nos Tribunais Regionais do Trabalho. Tal centro de monitoramento, embora não seja considerado propriamente um Centro de Operação de Rede (NOC), tal como existente na Secretaria de Tecnologia da Informação do TST (SETIN), pode ser aperfeiçoado para permitir o monitoramento simultâneo de vários Tribunais Regionais do Trabalho, por meio de aquisição de equipamentos e dispositivos que permitam avançar nessa disciplina, em benefício de um PJe ainda mais estável e seguro.

Encaminhamento CGTIC-JT (Reunião 1.2017): O Comitê delibera favoravelmente pelo prosseguimento da demanda, sugerindo a criação de grupo de trabalho, nos termos da Resolução CNJ n. 182/2013, composta de servidores do TST e CSJT para estudar as possíveis soluções, no prazo de 60 dias e, autorizar, eventualmente, o prosseguimento do projeto de construção de uma Sala de Monitoramento do PJe no CSJT, condicionada à disponibilidade orçamentária.

Item:	2.7	Lista de prioridades ações e projetos de TI – Aprovação descentralização	ID	07/2017
-------	-----	--	----	---------

Situação atual: A SETIC informa que os Diretores de TIC foram instados na última reunião a apresentar a lista de prioridades para ações e investimentos de TIC em 2017. A CGGOV consolidou a lista e traz agora ao conhecimento do Comitê para deliberação.

Encaminhamento CGTIC-JT (Reunião 1.2017): Considerando a lista trazida pelos Regionais (que é parte integrante dessa Ata) e a proposta da CGGOV/SETIC para investimentos em TIC no ano de 2017, excepcionando-se ainda, as despesas com a execução de projetos, que estão sendo apuradas junto aos gerentes de projeto, o CGTIC delibera favoravelmente pelo prosseguimento das descentralizações orçamentárias, preferencialmente limitadas ao período de 6 (seis) meses para os contratos vigentes, observando-se ainda o termo final de cada contrato.

Quanto à priorização proposta pelos Diretores de TIC, o CGTIC ressalva que o suporte para as **lâminas blades do legado** ficarão por conta dos Regionais, seguindo a mesma sistemática dos *storages*.

Quanto às demais ações que não possuem licitação concluída (Solução de robô de *backup*, Lâminas *Blade*, Virtualização Lâminas *Blade*, *Switches* de Rede, Filtro de Conteúdo Web, Microcomputadores), o Comitê ainda delibera pelo prosseguimento dos novos estudos e procedimento licitatório para registro de preços, conforme priorização proposta pelos Regionais.

Em relação aos grupos de estudo de infraestrutura (*Datacenter*, licenciamento de Banco de dados e Backup), o CGTIC autoriza que sejam formados subgrupos sob a coordenação do Comitê Temático de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e das Comunicações da Justiça do Trabalho

1ª REUNIÃO DE 2017 - 15/02/2017

infraestrutura, dispensando-se assim a elaboração de novo ato específico para tal. O CGTIC ressalta que **qualquer recurso encaminhado solicitando orçamento deve ser precedido de compromisso formal da Presidência quanto à execução e liquidação**, inclusive com a indicação de prazo para conclusão da aquisição/contratação.

Item:	2.8 Evasão da TI e política de fixação de recursos humanos de TI nas unidades de TIC	ID	08/2017
--------------	---	-----------	----------------

Situação atual: A SETIC ressaltou a importância de definir uma política conjunta com o TST para fixação de recursos humanos de TI, ai compreendidos os servidores do quadro especializado de Tecnologia da Informação, dentro das unidades de informática do TST e do CSJT. Tal medida ao mesmo tempo em que preserva a capacidade produtiva das equipes de TI, em face da demanda sempre crescente por novos produtos e serviços de TI, fica em consonância com as boas práticas de gestão administrativa, em especial, a mitigação de riscos do desvio de função.

Encaminhamento CGTIC-JT (Reunião 1.2017): O CGTIC sugere o prosseguimento da elaboração de proposta conjunta entre o TST e o CSJT, nos termos acordados entre a SETIN e SETIC, inclusive quanto ao mapeamento do quadro de servidores que estão fora da TI, atividades atualmente desempenhadas, eventual existência de termo de posse em que conste a área específica em que o servidor deveria trabalhar, a fim de que a proposição seja oportunamente submetida à deliberação da Presidência do TST/CSJT.

Item:	2.9 Modernização da solução de Videoconferência	ID	09/2017
--------------	--	-----------	----------------

Situação atual: A SETIC recebeu demanda da SETIN para modernização da videoconferência.

Encaminhamento CGTIC-JT (Reunião 1.2017): O CGTIC delibera pelo prosseguimento da demanda e criação de grupo de trabalho, nos termos sugeridos pela SETIN e ratificados pela SETIC, em conformidade com o disposto na Resolução CNJ n. 182/2013. Sugere ainda que os componentes dessa equipe sejam integrados à equipe que estudará a solução de videoconferência para as Varas do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho, conforme demanda aprovada pelo Comitê Gestor do PJe (14/02/2017), de modo a padronizar a tecnologia e racionalizar o uso de recursos. Por ser tratar de projeto de alcance nacional, o orçamento será fornecido pelo CSJT.

Item:	2.10 Demanda de Gerenciamento de Projetos e Portfólio. Foco análise de cenários. Orçamento	ID	10/2017
--------------	---	-----------	----------------

Situação atual: A SETIC relatou ao Comitê a importância, diante do cenário de forte restrição orçamentária e financeira, das áreas de gestão de TI do CSJT contarem com processo de priorização de ações e ferramenta capaz de agilizar e melhorar a tomada de decisão frente a eventos externos que o Conselho não pode controlar. Assim sendo, a Secretaria propõe a demanda de adoção de ferramenta que permita auxiliar o processo de construção de cenários e definição de critérios formais para priorização de investimentos em TI,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e das Comunicações da Justiça do Trabalho

1ª REUNIÃO DE 2017 - 15/02/2017

demanda que seja feita uma análise preliminar da ferramenta atualmente utilizada pelo TST/SETIN.

Encaminhamento CGTIC-JT (Reunião 1.2017): O CGTIC delibera pelo prosseguimento da demanda, nos termos propostos pela SETIC, reiterando a importância de que sejam observadas as disposições da Resolução CNJ 182/2013 que trata da aquisição de soluções de TI no âmbito do Poder Judiciário, caso haja necessidade de futura aquisição.

3. Outros assuntos

Item:	3.1 DJEN e ofício resposta do CNJ	ID	na
Questionado sobre a demanda nacional de instalação do Diário de Justiça Eletrônico Nacional (CNJ), aquele Conselho informou que o projeto está sobrestado aguardando nova deliberação.			

Item:	3.2 Demanda de capacitação em gestão orçamentária para TI	ID	na
A Secretaria-Geral do CSJT sugere que o plano de capacitação seja ampliado para incluir capacitação da área orçamentária do Tribunal e não somente da área de TI.			

Item:	3.3 Prosseguimento da demanda de fábrica de <i>software</i> para o PJe	ID	na
O comitê delibera favoravelmente quanto ao prosseguimento dos procedimentos visando à licitação de fábrica de software para registrar preços para desenvolvimento e manutenção do PJe, em atenção à deliberação do CGPJE.			

4. Gestão orçamentária

Item:	4.1 Posição acerca da execução orçamentária – Exercícios 2016	ID	na
Situação atual: -Manutenção Dotação: R\$ 35.191.962,00 Execução Financeira: R\$ 63.333.625,57 (179,9% em relação à dotação) -Implantação Dotação: R\$ 13.589.393,00 Execução Financeira: R\$ 15.543.658,21 (114% em relação à dotação) -O total de R\$ 78.877.283,78 + 7,2% é o que gerou nosso limite de R\$ 84.556.448,21 para efeitos da PEC. -O resultado positivo veio não só do uso da dotação disponível, mas pelo trabalho de liquidação dos RAPs pendentes de pagamento.			

5. Confirmação da Agenda da próxima reunião

Sala de Reunião da Presidência do TST	22 de março de 2017	14h00-16h00
---------------------------------------	---------------------	-------------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e das Comunicações da Justiça do Trabalho
1ª REUNIÃO DE 2017 - 15/02/2017

A ata foi submetida aos membros do comitê, que a aprovaram.

Nome	Assinatura
Maximiliano Pereira de Carvalho Juiz do Trabalho Auxiliar da Presidência do TST Presidente do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho	
Fabiano Coelho de Souza Juiz do Trabalho Auxiliar da Presidência do TST	
José Gervásio Abrão Meireles Juiz do Trabalho Auxiliar da Presidência do TST	
Marcia Lovane Sott Secretária-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho	
Cláudio Fontes Feijó Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT	
Tiago da Costa Peixoto Secretário de Tecnologia da Informação do TST	
Natacha Moraes de Oliveira Secretária de Tecnologia da Informação do TRT da 18ª Região	AUSÊNCIA JUSTIFICADA

Ciente em 17 de fevereiro de 2017.

Ministro IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho